

## **Universidade: produção e apropriação do conhecimento**

### **Sergio Lessa**

Prof. do Depto. de Filosofia da UFAL e membro das editorias das revistas Crítica Marxista e Práxis.

E-mail: [sergio\\_lessa@yahoo.com.br](mailto:sergio_lessa@yahoo.com.br)

Website: [www.sergiolessa.com](http://www.sergiolessa.com)

Queria iniciar agradecendo o gentil convite da APRUMA para este debate, bem como lembrar a todos que este é um tema que está bem distante da minha especialidade acadêmica. A relação entre a produção e a apropriação do conhecimento em uma sociedade de classe é um dos processos sociais mais complexos. A articulação entre o caráter genérico da auto-construção humana e a particularidade das classes e grupos sociais faz com que os complexos envolvidos na produção e apropriação do saber sejam perpassados por mediações quase infinitas. Se, a esta complexidade, acrescentarmos as determinações histórico-sociais que permeiam uma instituição como as universidades públicas brasileiras, com suas particularidades de classe e regionais – o processo torna-se ainda mais complexo e requer uma competência que, repito, estou longe de possuir. O que se segue nada mais são que algumas observações de alguém envolvido com a universidade há algum tempo, com a esperança que provoquem algum debate entre nós.

Há pouco mais de três anos atrás, quando da implementação do PNDCT III (Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), as FAPs (Fundações de Apoio a Pesquisa dos governos estaduais) foram comunicadas que havia sido fechado um acordo com o Banco Mundial para uma aporte significativo de recursos ao sistema de financiamento de pesquisas. A alegria, contudo, durou pouco (menos para alguns). Pois os termos do acordo, saudado pelo presidente da FINEP como um 'modelo a ser perseguido', eram estarecedores.

O Banco Mundial havia financiado 240 milhões de dólares<sup>1</sup> à FINEP, com a exigência de uma contrapartida de igual quantia. Portanto o sistema FINEP possuía, em caixa, um total de 480 milhões para serem investidos. Contudo, pelo acordo com o BM, ficou estabelecido que estes financiamentos a serem concedidos pela FINEP exigiriam contrapartida de 50%. Ou seja, se o total do projeto é de 10 milhões, a FINEP entraria com 5 e a FAP interessada com os outros 5 milhões. Assim sendo, ao final da cadeia de instituições financiadoras, os 240 milhões emprestados pelo BM transformar-se-iam em 960 milhões, dos quais 720 milhões de recursos do Estado brasileiro, nossos impostos no final das contas.

Os critérios para a concessão dos financiamentos também foram estabelecidos pelo BM: deveriam ser investidos na modernização dos processo de produção de empresas levando em conta, única e exclusivamente, a capacidade de absorção de tecnologia de ponta por parte das mesmas. Nenhuma consideração acerca do impacto social das tecnologias a serem absorvidas/financiadas, nenhuma preocupação com o impacto ecológico e ambiental das mesmas, nenhuma reflexão acerca do complexo problema das disparidades regionais, etc.

Uma rápida conversa entre os Diretores e Presidentes das FAPs confirmou o que todos, individualmente, já suspeitavam: a enorme maioria (sabe-se hoje que algo próximo a 83%) dos financiamentos seriam concentrados na região sudeste, principalmente entre aquelas médias empresas que necessitavam se adaptar tecnologicamente às novas exigências produtivas postas pelo processo de modernização das grandes empresas exportadoras – entre elas e fundamentalmente, as montadoras automobilísticas.

Recapitemos o que aconteceu: o BM, com uma parcela de 240 milhões, ditou as regras para a aplicação de 960 milhões na modernização da linha de montagem de plantas industriais cujo desenvolvimento interessava, fundamentalmente, às grandes montadoras automotivas. E, ainda mais assustador, foi a origem dos 240 milhões que a FINEP deu como contrapartida ao financiamento do BM: eles saíram do sistema CAPES-CNPq, dos órgãos de financiamento das pesquisas públicas!

Este caso é exemplar, a nosso ver, porque evidencia qual é a essência do processo de privatização da pesquisa no país. A privatização não significa que os laboratórios, departamentos de universidades, órgãos de pesquisa, etc., serão necessariamente entregues ao capital privado. Até o podem ser, em alguns casos. Mas é importante que percebamos que não é apenas isto que interessa ao capital privado.

Mais lucrativo para ele é investir os recursos do Estado nas linhas de investigação e pesquisa de Ciência e Tecnologia que mais lhe garantam lucros. No caso citado, no financiamento da modernização de empresas da cadeia automotiva para que as multinacionais aqui estabelecidas pudessem produzir com mais eficiência e, assim, aumentar a extração da mais-valia.

Hoje, lutar contra a privatização da universidade significa, também e necessariamente, lutar contra a entrega dos escassos recursos públicos para o desenvolvimento científico e tecnológico aos interesses privados. E, para isso, é indispensável que:

1) Critiquemos de forma radical a identificação entre os interesses dos empresários com os interesses nacionais. Vivemos numa sociedade de classes na qual os interesses são muito diferenciados, quando não antagônicos. As necessidades de Ciência e Tecnologia do setor empresarial, hoje, conduzem de forma direta e muito impactante, ao desemprego. A promoção, com a ajuda de recursos estatais, da "reestruturação produtiva" das empresas, como já sabíamos e o demonstraram à sociedade os exemplos tanto dos Estados mais desenvolvidos do Sudeste, como também, em Estados como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não gera empregos. Pelo contrário, elimina postos e aumenta a jornada de trabalho, seguidos de um rebaixamento do nível salarial dos que continuam empregados. Aumenta a miséria dos que continuam trabalhando, joga na indigência os antigos trabalhadores, na mesma proporção em que aumenta os lucros dos empresários financiados – suprema ironia -- com recursos da área de Ciência e Tecnologia que, se formos acreditar nos ideólogos do sistema, deveriam promover o bem estar de todos.

Hoje, ao pensarmos uma universidade mais próxima da sociedade, em uma universidade que legitime a sua presença não apenas como instituição que concede diplomas, mas como pólo produtor do futuro sob a forma de Ciência e Tecnologia, temos que repudiar, no plano ideológico, a falácia que identifica empresariado e sociedade. Temos que distinguir a qual parcela da população deverá a universidade pública servir: se os trabalhadores, cujo trabalho gera a riqueza que a sustenta, ou dos grandes empresários, que almejam, nesta quadra histórica, que o Estado financie (entre outras coisas) os custos de sua produção para aumentar sua competitividade e seus lucros.

Universidade privatizada não é apenas aquela que cuja propriedade é de um empresário privado. É também aquela universidade mantida com recursos públicos que assume como seus os interesses do capital privado.

2) Hoje, lutar contra a privatização do ensino e pesquisa requer, também, que recusemos in totum o discurso da "eficiência" e da "produtividade"

acadêmicas. Não é raro encontrarmos aqueles que criticam o sistema federal de ensino superior alegando seu elevado custo e baixo resultado acadêmico e de pesquisa.

Citam sempre os exemplos mais escandalosos (mas nem por isso menos reais) da proporção professor/alunos, alunos/livros nas bibliotecas, alunos/funcionários, funcionários/professores, etc. E, partindo destes dados, pontificam a necessidade da concorrência de mercado para fazer estas instituições mais 'produtivas e eficientes'.

Se perguntamos produtivas de que, e eficientes em que sentido, rapidamente se desvela o sentido oculto desta argumentação: produtividade e eficiência empresariais. Segundo estes senhores, assim como o Estado deve caminhar de mãos dadas com a sociedade (entendam, grande capital), a universidade deve se colocar a serviço das empresas.

As empresas que necessitam de novas tecnologias e que, em outras circunstâncias, deveriam investir em laboratórios e pesquisas próprios, agora querem majorar seus lucros fazendo com que as universidades joguem o papel dos laboratórios e estruturas para as pesquisas de que necessitam. Tal como se apropriaram da CSN, se atiram agora sobre o capital investido pelo Estado (nossos impostos, ao final das contas) em estruturas de pesquisa para ampliarem sua competitividade.

A voracidade do capital não pára aí. Há ainda grandes grupos nacionais e regionais que se estruturam para explorar um rico filão do comércio de diplomas: o das escolas privadas de nível superior.

As escolas privadas, sem uma única exceção (pois o sistema PUC não é, no sentido estrito do termo, privado), jamais foram capazes de produzir de forma sustentada ciência e tecnologia. Nenhuma instituição privada se transformou num referência na produção acadêmica, como o são hoje algumas universidades federais e outras estaduais.

As universidades privadas são muito lucrativas, seus proprietários, sabiamente orientados pelas agências e agentes governamentais, auferem lucros que crescem de forma assustadora. Contudo, apesar de toda a riqueza, não produzem ciência e tecnologia. E por uma única e exclusiva razão: neste ramo de negócio, o que é lucrativo é a venda de diplomas, não o ensino e a pesquisa.

Por isso, nas instituições privadas, o relacionamento didático professor/aluno sofre uma completa reversão. As qualidades que importam na seleção e promoção dos professores dizem respeito à sua popularidade entre os alunos – e estes, com raríssimas exceções que confirmam a regra mais geral, querem o jogo do finge (que ensina) que eu finjo (que estudo). E, como eles pagam as mensalidades, se o professor quiser manter seu cargo, que não os contrarie em demasia. Pois, numa universidade privada, nada deixa mais contrariado um coordenador, um diretor e um dono da mantenedora do que um aluno contrariado com um professor.

Essa é a razão de, em qualquer avaliação (pasmem: até mesmo no famigerado Provão!), as universidades privadas sempre terem um desempenho medíocre. E, quando se fala de pesquisa, elas simplesmente não existem.

3) Para se opor à privatização, é ainda necessário a recusa frontal de todas as propostas de instituição do ensino pago nas universidades públicas. Dizem que querem democratizar o sistema. Mentira! Não acreditem neles.

Pois se é verdade que entre os alunos das federais temos pessoas de maior poder aquisitivo, isto ocorre porque o governo deixou que as escolas públicas caíssem de qualidades até se tornarem piores que as particulares. Assim, por culpa do próprio governo – e não das universidades federais – os alunos melhores preparados são, em geral, os que puderam frequentar as escolas particulares. E cobrar mensalidades apenas vai fazer com que os filhos dos trabalhadores que eventualmente tenham conseguido chegar até a universidade pública fiquem excluídos do ensino superior!

Os que assim argumentam não querem democratizar coisa nenhuma. Desejam apenas tornar o mercado mais lucrativo para as escolas particulares diminuindo a concorrência que sofrem das escolas públicas. O que visam é aumentar o lucro do capital privado que representam – se de boa ou má fé é um outro problema!

4) A luta pela universidade e pela pesquisa pública neste país requer, por fim, que nos confrontemos de forma aberta e sem quartel com os professores e burocratas de nossas universidades que, tendo em vista o lucro fácil e o aumento de seus vencimentos sem confrontos com o governo federal, recorrem cada vez mais freqüentemente ao vergonhoso subterfúgio de instituir cursos de pós-graduação nos quais são cobrados mensalidades. Aproveita-se do espaço público que é a universidade para cobrarem mensalidades, parte ponderável das quais vai diretamente para seus bolsos (muitas vezes evitando até mesmo as contas bancárias para escapar ao Imposto de Renda; outras vezes, com o mesmo objetivo, os pagamentos são maquiados sob a forma de bolsas, pois as bolsas são isentas de impostos).

Sem forças para arrancar do governo federal as verbas de pesquisa e os salários que necessitamos, alguns dos nossos professores terminaram por recorrer ao caminho de menor resistência de explorar diretamente ao aluno. Tal atitude é duplamente equivocada. Por um lado, porque nossa sociedade já paga uma das maiores cargas tributárias do mundo e não deveria caber a nós, professores, obrigar os alunos a pagarem por um ensino que já pagaram com os impostos e, além disso, que a Constituição garante como gratuito.

O segundo equívoco está no fato de que, ao instituir as mensalidades, a relação professor aluno passa a ser mediada pelo dinheiro e, como vimos acima, nestas condições a pesquisa e o ensino serão sempre muito impossibilitados. Os cursos pagos, ao contrário dos seus defensores, não garantem a universidade de qualidade, antes é um dos mecanismos mais eficientes para destruí-la.

Ao participarem desta verdadeira falcatura, com maior ou menor consciência, nossos colegas professores estão assinando um atestado de óbito ao ensino público e gratuito, ferindo de morte – e do interior da sala de aula – o que deveria ser o maior patrimônio dos educadores e pesquisadores deste país.

Não resta a menor dúvida que o sistema das universidades federais necessita de mudanças radicais e urgentes. Não resta qualquer dúvida que algo tem de ser feito para que aqueles professores, funcionários e alunos que não cumprem os seus distintos (mas indispensáveis) deveres e obrigações nas instituições sejam devidamente afastados. Não resta a dúvida que a estrutura está viciada e que dar 'incentivos materiais' (tipo o GED) de nada adianta para melhorar o sistema como um todo.

Se tudo isso (e algo mais) é verdade, não menos verdadeiro é que todo sistema institucional – qualquer que seja ele, e o educacional não é uma exceção – para ser reformado radicalmente precisa de investimentos, de recursos -- e não, como o governo FHC tem feito, o corte sistemático de

verbas. Quem de fato deseja melhorar a universidade pública não pode estrangulá-la por falta de recursos – os que defendem esta política nada mais fazem que aprofundar a sua crise para que se torne mais fácil privatizá-la.

Mais que uma palestra, nossa exposição terminou por assumir a forma de um pequeno panfleto. Forma pouco acadêmica – mas talvez desculpável se a boa vontade dos presentes levar em conta que o que estamos fazendo, academicamente, é assistir ao desmonte da educação e da pesquisa públicas em nosso país.

## **NOTAS**

**1** Estes são os valores apresentados na ocasião, em uma reunião entre a FINEP e as FAPs em Belo Horizonte, MG. É possível que os números finais do acordo tenham se alterado para mais ou para menos, mas o que menos importa aqui é o exato montante envolvido.

### **Sergio Lessa**

Prof. do Depto. de Filosofia da UFAL e membro das editorias das revistas Crítica Marxista e Práxis.

E-mail: [sergio\\_lessa@yahoo.com.br](mailto:sergio_lessa@yahoo.com.br)

Website: [www.sergiolessa.com](http://www.sergiolessa.com)